

# REINO UNIDO

## REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado:	Rainha Elizabeth II
Chefe de governo:	David Cameron
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	62,4 milhões
Expectativa de vida:	80,2 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	5,5 por mil

O protocolo para o Inquérito de Detidos foi publicado e ficou muito aquém dos padrões de direitos humanos. O governo confirmou a intenção de expandir seu programa de deportações com garantias, a fim de facilitar a devolução de indivíduos para países em que possam enfrentar um risco real de tortura. O Inquérito Bahia Mousa criticou as forças armadas do Reino Unido pelas sérias violações dos direitos humanos dos detidos. O Inquérito Rosemary Nelson criticou, de modo contundente, os órgãos do Estado pelas diversas omissões que poderiam ter evitado seu assassinato. Em março, foi estabelecida uma comissão para estudar a criação de uma Carta de Direitos (*Bill of Rights*) para o Reino Unido.

### Segurança e combate ao terrorismo

#### Tortura e outros maus-tratos

Em julho, publicaram-se as atribuições e o protocolo para o Inquérito de Detidos. O Inquérito foi criado em 2010 para examinar denúncias de envolvimento do Reino Unido em violações dos direitos humanos de indivíduos detidos no exterior no contexto de operações de combate ao terrorismo. Temia-se que o protocolo não seguisse as normas internacionais de direitos humanos, principalmente porque o governo teria a última palavra sobre a revelação ou não de evidências, o que comprometeria a independência e a eficácia do Inquérito. Os advogados que representam indivíduos interessados em que os seus casos sejam examinados pelo Inquérito confirmaram terem aconselhado os seus clientes a não participarem. Dez ONG anunciaram que não cooperariam, caso o Inquérito avançasse nas condições propostas.

O lançamento oficial do Inquérito foi adiado até a conclusão das investigações criminais sobre supostos delitos cometidos por agentes dos serviços de informações britânicos.

Documentos descobertos em setembro, em Trípoli, na Líbia, indicavam que o Reino Unido estivera envolvido nas transferências ilegais de Sami Mustafa al-Saadi e de Abdel Hakim Belhaj para a Líbia, em 2004, apesar do risco bastante real de que fossem torturados ou submetidos a outros maus-tratos se regressassem. Posteriormente, ambos deram início a ações civis contra autoridades do Reino Unido, pelos danos causados e pelo suposto envolvimento nas violações de direitos humanos como torturas e outros maus-tratos, que ambos sofreram.

No dia 3 de outubro, o Supremo Tribunal de Inglaterra e do País de Gales julgou a legalidade das diretrizes fornecidas aos agentes dos serviços de inteligência sobre detenções e interrogatórios em operações no estrangeiro, bem como sobre partilha de informações. O Tribunal determinou que as diretrizes fossem emendadas a fim de refletirem a proibição absoluta de encapuzar os detidos. Porém, rejeitou os argumentos de que eram ilegais os patamares de risco constantes nas diretrizes para avaliar se um detido estava ou não a ser submetido a tortura ou a outros maus-tratos. Em dezembro, o governo escreveu às autoridades dos EUA solicitando que transferissem Yunus Rahmatullah para custódia do Reino Unido, depois do Tribunal de Apelações determinou a emissão de uma ordem de *habeas corpus* no seu caso. Yunus Rahmatullah fora capturado pelas forças britânicas no Iraque, em fevereiro de 2004, e entregue às forças norte-americanas, que o transferiram para o Afeganistão e, desde então, o mantiveram detido em Bagram, sem acusações.

### Mudanças legais e de políticas

Em janeiro, o Ministério do Interior publicou sua revisão dos cinco poderes referentes à segurança e ao combate ao terrorismo. Posteriormente, nesse mesmo mês, o período máximo de detenção provisória sem acusação, nos casos de terrorismo, foi reduzido de 28 para 14 dias. Entretanto, em fevereiro, o governo publicou um projeto de lei permitindo que o período máximo fosse novamente estendido para 28 dias, em resposta a uma urgência futura não especificada.

- A 13 de julho, no caso *Al Rawi e outros v Serviços de Segurança e outros*, o Supremo Tribunal decidiu que os tribunais não poderiam determinar "procedimentos com provas sigilosas" – o que permitiria ao governo basear-se em provas secretas durante sessões à porta fechada nos tribunais – em ações civis por danos, sem ter poderes legais para o fazer.

Em outubro, num documento chamado Livro Verde da Justiça e Segurança, o governo apresentou novas propostas legislativas sobre Justiça e Segurança. Algumas dessas propostas causaram preocupação. Entre elas, a ampliação do uso de provas sigilosas nos processos judiciais, incluindo em ações civis por danos provocados, medidas essas que, ao abrigo da segurança nacional, restringiriam a capacidade das vítimas de violações de direitos humanos de requererem que fossem reveladas essas violações nos tribunais nacionais. Apesar disso, o Livro Verde incluía algumas propostas, embora limitadas, voltadas para o reforço da supervisão dos serviços de segurança e de inteligência.

### Ordens de controlo

Desde 14 de dezembro, nove indivíduos, todos eles cidadãos britânicos encontravam-se sob ordens de controlo.

A Lei de Prevenção do Terrorismo de 2005, que apresentava disposições sobre o regime de ordens de controlo, foi anulada em dezembro. Foi substituída pela Lei sobre Medidas para Prevenção e Investigação do Terrorismo, que previa um novo regime de restrições determinadas administrativamente (TPMs, na sigla em inglês), que podem ser impostas a uma pessoa suspeita de envolvimento em atividades relacionadas com o terrorismo. Estas restrições, apesar de serem um pouco menos abrangentes do que as aplicadas sob o regime de ordens de controlo, ainda poderiam configurar privação de liberdade ou constituir restrições aos direitos de privacidade, de expressão, de associação e de reunião. Após um período de transição, as TPMs devem substituir integralmente, até o início de 2012, o regime de ordens de controlo.

Além disso, o governo previu também uma versão "intensificada" das restrições administrativas, que poderia ser introduzida em circunstâncias futuras excepcionais, que não foram definidas, e nas quais as restrições mais severas previstas sob o atual regime de ordens de controlo poderiam, então, ser impostas uma vez mais.

### **Deportações**

O governo reafirmou a sua intenção de desenvolver e de expandir seu programa de deportações com garantias, a fim de facilitar a devolução de indivíduos considerados uma ameaça à segurança nacional para países em que poderão correr risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos.

Os procedimentos através dos quais essas deportações poderiam ser contestadas perante a Comissão Especial de Apelações sobre Imigração (SIAC, na sigla em inglês) permaneceram injustos por se basearem amplamente em provas sigilosas, não reveladas aos indivíduos envolvidos, nem ao advogado da sua escolha.

- Em março, O Tribunal de Apelações manteve uma decisão da SIAC, de que M.S., um cidadão argelino, poderia ser deportado para a Argélia, uma vez que as garantias diplomáticas negociadas entre o Reino Unido e a Argélia seriam suficientes para atenuar quaisquer riscos que ele pudesse correr ao retornar. Em 2007, a SIAC tinha constatado que M.S. não representava um risco para a segurança nacional. Porém, o governo continuou a procurar meios alternativos para deportá-lo, baseando-se em garantias diplomáticas para facilitar o retorno.
- Em julho, o Tribunal de Apelações permitiu o recurso no caso de X.X., um cidadão etíope que, alegadamente, representaria um risco para a segurança nacional. X.X. Recorreu da decisão do governo de deportá-lo, argumentando que correria risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos, ou de ser submetido a um julgamento totalmente injusto caso fosse repatriado. Um dos motivos que justificou a concessão de recurso foi o facto do processo contra X.X. baseara-se em informações alegadamente obtidas de indivíduos mantidos ilegalmente sob detenção em regime de incomunicabilidade prolongada em centros de detenção não oficiais na Etiópia. Os advogados de X.X. argumentaram que as provas obtidas nestas circunstâncias seriam inadmissíveis.

### **Forças armadas no Iraque**

A 17 de julho, a Câmara Alta do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos julgou o caso *Al-Skeini e outro v Reino Unido*, relativo à morte de seis civis durante operações de segurança executadas por soldados britânicos no Iraque, em 2003. O Tribunal concluiu que a Convenção Europeia de Direitos Humanos aplicava-se, de facto, às operações do Reino Unido no Iraque naquela altura, uma vez que o país constituía uma força de ocupação. Portanto, o Reino Unido tinha a obrigação de levar a cabo investigações independentes e efetivas às mortes. O Tribunal constatou que, em cinco dos seis casos, o Reino Unido não cumprira essa obrigação.

Ainda a 7 de julho, a Câmara Alta decidiu, no caso *Al-Jedda v Reino Unido*, que a detenção administrativa prolongada de Hilal Abdul-Razzaq Ali al-Jedda, durante mais de três anos num centro de detenção administrado pelas forças armadas britânicas no Iraque, violava o seu direito à liberdade e à segurança. O Tribunal rejeitou o argumento do Reino Unido de que a resolução 1546 do Conselho de Segurança da ONU retirava ao queixoso o direito à proteção da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

■ No dia 8 de setembro, foi publicado o relatório do Inquérito Bahá Mousa, referente à morte de Bahá Mousa numa unidade de detenção administrada pelo Reino Unido, em Bassorá, no Iraque, e ao tratamento aplicado a outros nove cidadãos iraquianos detidos junto com ele. O Inquérito chegou à conclusão inequívoca de que Bahá Mousa morreu após um "episódio abominável de violência grave gratuita" e que "não restava qualquer dúvida de que quase todos, senão todos, os detidos foram vítimas de graves abusos e maus-tratos". O relatório constatou ainda ter havido falha institucional do Ministério da Defesa, que não forneceu diretrizes claras e consistentes sobre o tratamento adequado dos detidos, fazendo com que técnicas de interrogatório banidas pelo governo britânico em 1972 fossem usadas pelos soldados no Iraque. O Ministério da Defesa aceitou todas as recomendações feitas pelo Inquérito, com exceção de uma, e afirmou que tomaria todas as providências necessárias para garantir que tais violações não se voltassem a repetir. Porém, os advogados que representam os queixosos, bem como organizações de direitos humanos, requereram que fossem tomadas medidas adicionais contra os responsáveis, inclusive por meio de ações penais.

A 22 de novembro, o Tribunal de Apelações julgou o caso de Ali Zaki Mousa. O Tribunal concluiu que a Equipe sobre o Histórico de Denúncias do Iraque, criada para investigar denúncias de tortura e outros maus-tratos contra cidadãos iraquianos pelas forças armadas britânicas no Iraque, não fora suficientemente independente para satisfazer as obrigações de investigação determinadas pela Convenção Europeia de Direitos Humanos.

### **Forças policiais e de segurança**

No dia 3 de maio, o júri do inquérito sobre a morte de Ian Tomlinson durante as manifestações ocorridas na ocasião da reunião do G20, em Londres, em abril de 2009 considerou que houve homicídio. O júri concluiu que Ian Tomlinson morreu devido a hemorragia interna após ser agredido com um bastão e atirado ao chão por um polícia. Em consequência, a Procuradoria-Geral (*Crown Prosecution Service*) reverteu sua decisão de não indiciar por homicídio o polícia envolvido. O julgamento estava previsto para o início de 2012.

Ainda decorria o inquérito sobre a morte de Azelle Rodney, fuzilado por agentes da Polícia Metropolitana, a 30 de abril de 2005.

### **Discriminação**

Em setembro, o Comité para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) manifestou preocupação com a discriminação e com a marginalização generalizadas de ciganos e nómadas irlandeses (*travellers*), requerendo que o governo adotasse medidas urgentes e concretas a fim de melhorar o seu acesso à educação, a serviços e a cuidados de saúde, ao emprego e a habitação condigna.

■ Em outubro, entre 300 e 400 *travellers* irlandeses foram desalojados à força de Dale Farm, em Essex, apesar dos apelos em contrário de uma série de órgãos e peritos da ONU e do Conselho da Europa, de ONG, da sociedade civil e de líderes religiosos.

### **Responsabilização das empresas**

Em setembro, o CERD manifestou preocupação de que as operações estrangeiras de corporações multinacionais registradas no Reino Unido estivessem a afetar negativamente os direitos humanos dos povos indígenas, e requereu que o governo

adotasse medidas urgentes para garantir que as empresas britânicas respeitem os direitos humanos quando operam no exterior.

O Comité também criticou um projeto de Lei sobre Assistência Jurídica, Julgamento e Punição para Infratores, o qual, se aprovado, restringiria a capacidade de queixosos estrangeiros terem acesso aos tribunais britânicos para acionar judicialmente processos contra empresas multinacionais.

### **Irlanda do Norte**

Prosseguiram os incidentes de violência paramilitar na Irlanda do Norte. No dia 2 de abril, o polícia Ronan Kerr foi morto quando uma bomba colocada de baixo do seu carro explodiu. Dissidentes republicanos foram culpados pelo homicídio.

O Provedor da Polícia foi duramente criticado pela sua falta de independência durante o processo de investigação de casos históricos de transgressão policial em situações de homicídios. Anunciou que renunciaria ao cargo no início de 2012.

Em maio, O Supremo Tribunal proferiu um veredito no caso McCaughey & Anor. O tribunal constatou que o inquérito à morte de Martin McCaughey e Dessie Grew, alvejados e mortos por membros das forças armadas britânicas em 1990, deve cumprir com as obrigações processuais relativas ao direito à vida, tal como protegido pela Lei de Direitos Humanos de 1998.

- Em fevereiro, anunciou-se que o relatório final do Inquérito Robert Hamill fora concluído. O documento, porém, não seria publicado até a conclusão das ações judiciais contra os três indivíduos envolvidos no caso, acusados de obstruir o curso da justiça.
- Em maio, foram publicadas as conclusões do inquérito sobre a morte de Rosemary Nelson, uma advogada morta no dia 15 de março de 1999 por uma bomba colocada de baixo de seu carro, em Lurgan, Irlanda do Norte. O relatório fez graves críticas aos órgãos do Estado, referentes a várias omissões de medidas que poderiam ter impedido o assassinato. Porém, não encontrou qualquer prova de algum ato ilícito cometido por algum órgão do Estado e que tivesse diretamente facilitado sua morte.
- Em outubro, o governo anunciou que tinha nomeado um jurista para rever toda a documentação disponível sobre a morte de Patrick Finucane, um advogado morto por paramilitares unionistas a 12 de fevereiro de 1989, com a cumplicidade de agentes do Estado. A decisão contrariou as promessas feitas anteriormente de que seria aberto um inquérito público integral. Além disso, foi duramente criticada por organizações de direitos humanos, uma vez que não constituiria uma investigação efetiva, independente, imparcial e completa, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. A família de Patrick Finucane deu início a procedimentos de revisão judicial para contestar a decisão.

Em setembro, o poder Executivo da Irlanda do Norte anunciou a proposta de abertura de um inquérito para investigar os históricos abusos institucionais contra crianças. No entanto, poderia haver atrasos no estabelecimento de uma base legal para o inquérito, o que poderá, em início, privá-lo dos poderes necessários para chamar testemunhas e produzir documentos.

## **Violência contra mulheres e meninas**

Em março, o governo adotou um plano de ação interdepartamental sobre a violência contra mulheres e meninas. No mesmo mês, o ministro do Interior (*Home Secretary*) anunciou que seria tornado permanente um projeto piloto de apoio a vítimas de violência doméstica que, devido à insegurança de seu estatuto migratório, carecem de acesso a fundos públicos. Porém, o projeto piloto abrangia somente mulheres com vistos matrimoniais, enquanto as que tinham outros tipos de visto ou as que tinham permissões de trabalho temporárias continuavam a ser privadas de serviços essenciais.

Temia-se que o plano de abolir os vistos que permitem aos trabalhadores domésticos migrantes mudarem de empregador depois de terem entrado no país pudesse deixar estes trabalhadores mais vulneráveis à exploração e, em alguns casos, ao tráfico de pessoas.

## **Refugiados e requerentes de asilo**

As propostas de cortes no financiamento público para representação legal (assistência jurídica) causaram preocupação de que os fundos para assistência legal em questões de asilo e migração, já quase inexistentes em certas partes do país, ficariam ainda mais escassos.

Prosseguiu a devolução forçada, para o Afeganistão e para o Iraque, de requerentes de asilo cujos pedidos foram recusados, apesar do risco concreto de que sofressem abusos de direitos humanos.

- A investigação criminal sobre a morte de Jimmy Mubenga, cidadão angolano que morreu em 2010 durante uma tentativa de expulsão forçada, ainda não tinha sido concluída no fim do ano. Sua morte suscitou uma onda de apelos por mudanças no sistema de expulsões forçadas, devido a receios sobre o perigo das técnicas de controlo e contenção aplicadas por empresas de segurança privadas em ações de expulsão forçada.
- Em junho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu, no caso *Sufi e Elmi v. Reino Unido*, que o repatriamento de dois cidadãos somalis para Mogadício, capital da Somália, seria uma violação do artigo 3º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, devido ao risco bastante real que eles correriam de sofrer maus-tratos, caso repatriados.

## **Visitas/relatórios da AI**

- Current evidence: European complicity in the CIA rendition and secret detention programmes (EUR 01/001/2011)
- The United Kingdom fails on diplomatic assurances: Amnesty International's preliminary response to the UK counter-terrorism review (EUR 45/001/2011)
- United Kingdom: Joint NGO submission to chair of the Detainee Inquiry (EUR 45/002/2011)
- United Kingdom: Submission to the Joint Committee on the draft Detention of Terrorist Suspects (Temporary Extension) Bills (EUR 45/004/2011)
- United Kingdom/Northern Ireland: Inquiry into the killing of human rights defender and lawyer Rosemary Nelson finds serious omissions by state agencies (EUR 45/006/2011)

- United Kingdom: Terrorism Prevention and Investigation Measures Bill: Control orders redux (EUR 45/007/2011)
- United Kingdom: European Court criticizes UK for violating human rights in Iraq (EUR 45/009/2011)
- United Kingdom: Detainee Inquiry terms of reference and protocol fall far short of human rights standards (EUR 45/011/2011)
- United Kingdom: Dale Farm Travellers face forced eviction (EUR 45/013/2011)
- United Kingdom/Northern Ireland: Deplorable government decision to renege on promise of public inquiry into Finucane killing (EUR 45/017/2011)